

# Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2023

## Confirmação dos dados cadastrais (332)

**(15862)**

Tipo: (\*equation)

Você é responsável, isto é, **atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno** ( *por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal* ), **apenas** da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

**Prefeitura Municipal de Nova Trento; Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto; Câmara Municipal de Nova Trento; Fundo Municipal de Saúde; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nova Trento**

**Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?**

**(15858)**

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

**OK**

**O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:**

**Esta informação está correta?**

**(15859)**

Tipo: (L/list-radio)

Cátia Burigo

**Não está correta. O responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) é:**

## 1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (319)

**Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima. (15860)**

Tipo: (\*equation)

1

**Responsável por este relatório: -oth-**

**(15861)**

Tipo: (\*equation)

1

**1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?****(15849)**

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

**1EL****1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?****(15812)**

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

**A1**

**1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.**

Preferencialmente , utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

**(15833)**

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/nova-trento/lei-ordinaria/2003/194/1931/lei-ordinaria-n-1931-2003-di-spo-e-sobre-o-sistema-de-controle-interno-do-municipio-de-nova-trento-e-da-outras-providencias?q=1931%2F2003>

**1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (15816)**

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001	1
Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002	0
Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003	1
Servidores temporários - SQ004	1
Estagiários - SQ005	0

**1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (15839)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

**1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.**

**Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".**

**(15813)**

Tipo: (M/multiple-opt)

**Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (15867)**

**Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (15868)**

**Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (15869)**



**Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (15976)**

**Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (15870)**

**Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (15975)**

**Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (15871)**

**Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (16068)**

**Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (16069)**

**Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (16070)**

**Exame de prestações de contas de diárias; (15872)**

**Exame de prestações de contas de adiantamentos; (15873)**

**Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (15874)**

**Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (15875)**

**Avaliação da execução dos programas de governo; (15876)**

**Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); (15877)**



**Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; (15878)**

**Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; (15881)**

**Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (15879)**

**Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (15977)**

**Controle dos direitos e haveres da unidade; (15880)**

Monitoramento dos recursos concedidos de subvenções sociais

**Outros**

**1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:****(15842)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

**Há sistema informatizado de controle patrimonial? (15972)**

Não informatizado (controle manual) - 0

**Há sistema informatizado de almoxarifado? (15973)**

Totalmente informatizado - 100

**Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (15974)**

**1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (15850)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 3

**O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (16023)**

Bom - 3

**A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (16024)**

Razoável / Satisfatório - 2

**Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (16025)**

Bom - 3

**No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (16026)**

Razoável / Satisfatório - 2

**Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (16027)**

Razoável / Satisfatório - 2

**As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (16028)**

Bom - 3

**Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (16029)**

Bom - 3

**Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (16030)**

Bom - 3

**As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (16044)**

## 2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (320)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

**Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.**

**(15814)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.1.1. Informe os apontamentos realizados:

Por favor, preencha no mínimo uma linha.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

**(15815)**

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

Unidade gestora em	Assunto - assunto	Valor em risco - valorrisco	Quais foram as recomenda	Quais foram as
--------------------	-------------------	-----------------------------	--------------------------	----------------



	<b>que apontamento foi realizado - unidade</b>			<b>ções do Controle Interno para a solução da situação? - providencias</b>	<b>providências tomadas pelo setor responsável? - descriçao providencia</b>
Apontamento #1 - aponta1	Secretaria de Adm e Finanças	Diárias em aberto	não calculado	Recomendar a verificação e exigir os documentos comprobatórios	recomendação não atendida
Apontamento #2 - aponta2	Secretaria de Saúde e Secretaria de Adm	Controle de Frota e Quilometragem	não calculado	Recomendar para apresentação de roteiro de quilometragem e suspensão do pagamento de diárias enquanto não regularizado	recomendação atendida
Apontamento #3 - aponta3	Secretaria de Adm e Finanças	Depreciação dos bens patrimônio	não calculado	Recomendar para correção dos dados para envio de dados confiáveis a Contabilidade	recomendação não atendida
Apontamento #4 - aponta4	Secretaria de Adm - Setor RH	Publicação de processo seletivo de forma emergencial, porém a contratação se dava em até 30 dias	não calculado	Recomendar para evitar esse tipo de contratação, somente em casos de fato emergenciais	recomendação atendida
Apontamento #5 - aponta5	Secretaria de Adm e Finanças	Desvio de Função	não calculado	Recomendar verificação e tomar providências para correção	recomendação atendida
Apontamento #6 - aponta6	Secretaria de Adm	Ausência de parecer jurídico na liberação de subvenção social	não calculado	Recomendar a apresentação de parecer	recomendação não atendida
Apontamento	Secretaria de	Empenho da	não calculado	Recomendar	recomendação

#7 - aponta7	Adm e Finanças	Folha de pagamento		que o empenho fosse feito obrigatoriamente antes do pagto da folha	atendida
Apontamento #8 - aponta8	Secretaria de Adm - Coordenação das Parcerias	Ausência de apresentação de documentos das parcerias	não calculado	Recomendar a apresentação e publicação dos documentos referentes a concessão de recursos públicos - subvenção social	recomendação atendida
Apontamento #9 - aponta9	Secretaria de Adm - Setor RH	Não observação as exigências legais quando a qualificação e escolaridade dos agentes de saúde e endemias	não calculado	Recomendar cumprimento da Lei Federal 11.350/2006 e Lei Federal 13.595/2018	recomendação atendida
Apontamento #10 - aponta10	Secretaria de Finanças e Adm	Editais de licitação om objeto em desacordo, forma de execução questionável e valor antieconômico	não calculado	Recomendar uma reanálise e estudo apurado	recomendação atendida

**2.1.1.1. Gostaria de anexar arquivos referentes a este quadro? ( OPCIONAL ) (15834)**

Tipo: (/upload-files)

**2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades****gestoras? (15835)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

**2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de****seus trabalhos? (15837)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

**2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (15843)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente - 100

**Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (15978)**

Totalmente - 100

**Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (15979)****2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (15852)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Não ocorreram irregularidades - 0

**Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge (16033)**

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

**Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (16034)**

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

**Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (16035)**

Não ocorreram irregularidades - 0

**Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (16036)**

Não foram realizados procedimentos - 99

**Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (16037)**

Não foram realizados procedimentos - 99

**Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (16038)**

### **3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (321)**

#### **3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (15817)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## 4. Das Tomadas de Contas Especiais (322)

### 4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (15819)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

#### 4.1.1. Informe a respeito das Tomadas de Contas Especiais instauradas:

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(15820)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Número da Tomada de Contas Especial - TCEN	Causa da Tomada de Contas Especial - TCECAUSA	Data de Instauração da T.C.E. - TCEDATA	Houve com unificação e encaminhamento ao Tribunal de Contas (se acima do valor de alçada)? - TCEENCAMINHAMENTO	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial - T CERESULTADO	Valor da Tomada de Contas Especial - TCEVALOR
TCE #1 - TCE1	1244/2023	Apurar e responsabilizar supostas irre	04/07/2023	sim	em andamento	97.211,09

gularidades  
atinentes a  
contratação  
de servidor

TCE #2 -  
TCE2

TCE #3 -  
TCE3

TCE #4 -  
TCE4

TCE #5 -  
TCE5

TCE #6 -  
TCE6

TCE #7 -  
TCE7

TCE #8 -  
TCE8

TCE #9 -  
TCE9

TCE #10 -  
TCE10



## **5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (323)**

### **5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (15821)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.**

**Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.**

**(15822)**

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNIDADE	Tipo de instrumento (convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumento congêneres) - CAACTIPO	Número do Instrumento - CAACNOME1	Objeto - CAACNOME2	Volume de recursos transferidos - CAACVALOR	CNPJ da entidade - CAACNCPJ	Situação da análise da prestação de contas do instrumento - CAACSTATUS
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Termo de Fomento	2/2023	Aquisição de passagens aéreas para Membros do Círculo Trentino Grupo de Dança Folk Nea Tridentum e Grupo I Pargoleti, para viagem à Trento-Itália, visando realização de apresentações	R\$ 156.971,40	78.540.796/0001-62	Finalizado

				culturais.			
Instrumento #2 - CAAC2	Secretaria Municipal de Saúde	Termo de Colaboração	2/2023	O objeto do presente Termo de Colaboração é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a organização da Sociedade Civil, destinado à gestão de pessoal com o fornecimento de equipe multidisciplinar especializada para prestação de serviços hospitalares no âmbito do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição	R\$ 2.428.832,97	03.448.121/0001-99	Em andamento
Instrumento #3 - CAAC3	Secretaria Municipal de Assistência Social	Termo de Colaboração	4/2022	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas	R\$ 394.023,94	78.540.846/0001-01	Finalizado

				da Associação relativamente ao patrimônio, bem como os encargos com o quadro de pessoal com o intuito de manter ativos os trabalhos terapêuticos e sociais, habilitando e reabilitando crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e múltipla.			
Instrumento #4 - CAAC4	Secretaria Municipal de Assistência Social	Termo de Colaboração	3/2022	O presente termo de Colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil - OSC, para a manutenção do serviço de atendimento a idosos independentes	R\$ 72.000,00	11.944.582/0001-80	Finalizado

te e semi in  
dependent  
e, em  
regime de  
abrigo,  
oferecendo  
serviços  
nas áreas  
de Enferma  
gem,  
Cuidadoras  
, Médico  
Clinico  
Geral, Nutri  
cionista e  
Dentista,  
com  
atendiment  
o semanal,  
além de  
serviços de  
cozinha e  
lavanderia,  
de modo a  
promover o  
bem estar  
físico,  
mental e  
emocional  
dos idosos.

Instrumento #5 - CAAC5	Secretaria Municipal de Esportes	Termo de Fomento	2/2022	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas decorrentes de alimentação, supermercado, aluguel	R\$ 66.000,00	04.991.606/0001-97	Finalizado
------------------------	----------------------------------	------------------	--------	---	---------------	--------------------	------------

				para moradia de atletas e academia, conforme Plano de Trabalho em anexo, de forma que se garanta o bom rendimento das atletas e a continuidade da prestação de serviços da Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino (APAEN).			
Instrumento #6 - CAAC6	Secretaria Municipal de Saúde	Termo de Fomento	4/2022	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas decorrentes da manutenção da sede da associação, conforme plano de trabalho em anexo, de	R\$	36.537,77	Finalizado
					24.896,12	3/0001-59	

				forma que se garanta a disponibilidade e a continuidade da prestação de serviços da Associação Rede Feminina de Nova Trento.			
Instrumento #7 - CAAC7	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Termo de Fomento	3/2022	O objeto do presente termo de fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas decorrentes da realização de aulas de violão e flauta doce, conforme plano de trabalho, de forma que garanta o bom rendimento dos alunos e a continuidade da prestação de serviço do Projeto Neotrentino	R\$	42.151.45	Finalizado
					30.000,00	7/0001-47	

Instrumento #8 - CAAC8	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Termo de Colaboração	1/2023	Minha Doce Flauta. O presente Termo de Colaboração tem por objeto e realização da La Quarta Pasqualina, que acontece de 01 a 09 de abril de 2023, realizada no Centro de Eventos Cremilda Tridapalli, nas dependências do Ginásio de Esportes Inácio Gullini (área interna e externa), conforme detalhado no plano de trabalho.	R\$ 147.802,65	05.667.67 7/0001-00	Finalizado
Instrumento #9 - CAAC9	Secretaria Municipal de Esportes	Termo de Fomento	1/2023	O objeto do presente de fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as	R\$ 2.613,14	13.194.17 5/0001-29	Finalizado



despesas  
decorrente  
s da  
manutençã  
o da sede  
da  
associação  
, conforme  
plano de  
trabalho,  
de forma  
que se  
garanta a di  
sponibilizaç  
ão e a conti  
nuidade da  
prestação  
de serviços  
da  
Associação  
Neotrentina  
de  
Taekwondo  
.

Instrument  
o #10 -  
CAAC10

## 5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (15863)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

**5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (15865)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**5.3.1 Qual Decreto regulamenta a Lei 13.019/2014? (15866)**

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/nova-trento/decreto/2019/7/62/decreto-n-62-2019-regulamenta-a-aplicacao-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-e-dispoe-sobre-regras-e-procedimentos-do-regime-juridico-das-parcerias-celebradas-entre-a-administracao-publica-municipal-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil-no-mbito-do-municipio-de-nova-trento?q=62%2F2019>

## 6. Da avaliação dos processos licitatórios (324)

### 6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (15823)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

#### 6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(15824)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo Órgão de Controle Interno; (16090)

Amostra Aleatória (15923)

**Experiências passadas (15924)**

**Valor envolvido (15925)**

**Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (15926)**

**Relevância econômica ou social para o Município (15927)**

**Outros**

**6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro, maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).**

**(15825)**

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Número do Processo de Licitação - LICITNPR OCESSO	Modalidade de Licitação - LICITNPR OCESSO1	Tipo de Licitação - L ICITTIPOPR OCESSO	Valor estimado de contratação - LICITVALO R	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCON TRATADO	Houve indícios de i rregularidad e? Descreva. - LICITNPRO CESSO2
Licitação #1 - ProcessoLic it1	PL 088/2023	Tomada de Preços	Menor preço global	R\$ 486.555,37	43.887.548/ 0001-08	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #2 - ProcessoLic it2	PL 051/2023	Dispensa de Licitação	Menor preço global	R\$ 10.111,46	48.953.440/ 0001-90	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #3 - ProcessoLic it3	PL 085/2023	Dispensa de Licitação	Menor preço global	R\$ 115.979,17	03.774.688/ 0016-31	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #4 - ProcessoLic it4	PL 019/2023	Inexigibilida de de Licitação	Credenciam ento	R\$ 1.633.200,00	24.505.433/ 0001-67 / 46. 339.852/000 1-09	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #5 - ProcessoLic it5	PL 004/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 1.074.968,00	11.128.476/ 0001-29	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #6	PL	Pregão	Menor	R\$	12.824.334/	Ausente

- ProcessoLic it6	018/2023	Eletrônico	preço por lote	345.062,60	0001-69	designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #7 - ProcessoLic it7	PL 031/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por item	R\$ 1.271.685,00	05.906.895/ 0001-41	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93)
Licitação #8 - ProcessoLic it8	PL 042/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por item	R\$ 248.677,00	29.654.441/ 0001-99	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93)
Licitação #9 - ProcessoLic it9	PL 052/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 4.541.322,00	03.541.121/ 0001-39 /05. 236.770-000 1-51	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #10 - Proces soLicit10	PL 054/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por item	R\$ 2.800.655,00	00.820.854/ 0001-14 / 07. 155.480/000 1-09 / 05.192 .266/0001-05	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #11 - Proces soLicit11	PL 092/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 2.948.800,00	47.376.891/ 0001-49	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93)
Licitação	PL	Pregão	Menor	R\$	14.741.673/	Ausente

#12 - Processo soLicit12	094/2023	Eletrônico	preço por lote	638.800,00	0001-07	designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93).
Licitação #13 - Processo soLicit13	PL 096/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 788.446,30	44.275.371/ 0001-51	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93); - Não consta a assinatura do Responsável no Parecer Jurídico (p. 87).
Licitação #14 - Processo soLicit14	PL 033/2023	Dispensa de Licitação	Menor preço por item	R\$ 1.003.000,00	08.336.783/ 0001-90	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93)
Licitação #15 - Processo soLicit15	PL 071/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 3.253.654,17	31.562.686/ 0001-38 / 26. 162.488/000 1-47	Ausente designação de Fiscal de Contrato específico (art. 67 da Lei nº 8.666/93)

**6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (15845)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 2

**Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (15987)**

Bom - 2

**Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (15988)**

Fraco - 1

**Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (16031)**

Fraco - 1

**Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório. (16032)**

Bom - 2



**Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (16084)**

Bom - 2

**Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (16085)**

Fraco - 1

**Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (16086)**

## 7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (325)

### 7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(15826)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## 8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (326)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(15827)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

### 8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (15828)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDAO1	Número do Acórdão - NACORDAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVAGESTOR
Decisão do TCE/SC #1 - DECISAO1	PCP 23/00103855	Divergência, no valor de R\$ 47.928,34, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 11.633.628,32) e as	Implementada	Providências serão adotadas junto ao Departamento de Contabilidade para conferência periódica, de

			<p>Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 11.585.699,98), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei n. 4.320/64, caracterizando afronta ao art. 85 da referida Lei;</p>		<p>forma que elas possam ser corrigidas quando eventualmente ocorrerem. O Balanço Patrimonial de 2023 voltou a ocorrer divergência por ausência de conferência periódica.</p>
<p>Decisão do TCE/SC #2 - DECISAO2</p>	<p>Recomendação</p>	<p>PCP 23/00103855</p>	<p>Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na FR 34 (R\$ 336.836,08) e na FR 08 (R\$ 123.123,55), e de Passivo Financeiro (Atributo F), com saldo devedor na FR 00 – Vinculada (R\$ 1.752,20) em afronta ao previsto nos arts. 85 da Lei n. 4.320/64 e 8º, parágrafo único e 50, I, da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);</p>	<p>Implementada</p>	<p>Providências serão adotadas junto ao Departamento de Contabilidade para conferência periódica, de forma que esses registros indevidos possam ser corrigidos dentro do próprio exercício. sistema Beta Cloud, instalado a partir do exercício de 2020, não nos permite identificar nos diversos relatórios dos Balanços e nos Balançetes de Verificação, as contas que compõem o Ativo Financeiro, dificultando os ajustes necessários. De qualquer forma vamos procurar</p>

Decisão do TCE/SC #3 - DECISAO3	Recomendação	PCP 23/00103855	Contabilização de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Individuais (R\$ 765.864,00) e das Emendas Parlamentares de Bancada (R\$ 100.000,00), em desacordo com a Tabela de Destinação da Receita Pública e em afronta ao art. 85 da Lei n. 4.320/64 (Quadro 09-A e Documentos 1, 2 e 3 anexos a este Relatório DGO)	Implementada	identificar se ele permanece em 2023 para promover a correção e adotar providências para que fatos dessa natureza não mais ocorram.  Providências serão adotadas junto ao Departamento de Contabilidade para que as receitas oriundas de emendas sejam contabilizadas em conformidade com a Tabela de Destinação da Receita Pública.
Decisão do TCE/SC #4 - DECISAO4	Recomendação	PCP 23/00103855	que adote providências tendentes a garantir o alcance da Meta 1 (creche e pré-escola), Meta 2 (ensino fundamental) e Meta 7 (anos iniciais do Ensino Fundamental) do Plano	Implementada	O Secretário Municipal de Educação será notificado dessa recomendação para que adote providências no sentido de garantir o cumprimento das metas do PME.

Decisão do TCE/SC #5 - DECISAO5	Recomendação	PCP 23/00103855	Nacional de Educação aprovado por meio da Lei n. 13.005/2014;  que formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes - o Plano Plurianual - PPA -, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e a Lei Orçamentária Anual - LOA - de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação - PNE - e com o Plano Municipal de Educação - PME -, a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE);	Implementada	No nosso entendimento os instrumentos de planejamento do Município são elaborados de maneira a assegurar dotações para cumprimento das metas do PME.
Decisão do TCE/SC #6 - DECISAO6	Recomendação	PCP 23/00103855	que observe atentamente as Metas do Saneamento Básico, diante do que dispõe o art. 11- B da Lei	Implementada	O Diretor do SAMAE será notificado dessa recomendação para que adote providências no

			n. 11.445/07, incluído pelo Novo Marco Legal do Saneamento (Lei n. 14.026/20).		sentido de observar o cumprimento das metas do saneamento básico, desde que haja recursos suficientes para tal demanda.
Decisão do TCE/SC #7 - DECISAO7	Recomendação	PCP 23/00103855	Recomenda ao Município de Nova Trento que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar (estadual) n. 101/2000 – LRF.	Implementada	O Controle Interno já adotou providências no sentido de atender integralmente essa recomendação.
Decisão do TCE/SC #8 - DECISAO8	Recomendação	PCP 23/00103855	Solicitar à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n° 202/2000, com a remessa de	Implementada	Notificaremos o Vereador Presidente da Câmara Municipal para observar esta solicitação dessa Egrégia Corte de Contas.

Decisão do TCE/SC #9 - DECISAO9	Recomendação	PCP 23/00103855	cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.  Determinar a ciência deste Parecer Prévio, do Relatório e Voto do Relator, bem como do Relatório Técnico nº 10/2023 ao Conselho Municipal de Educação de Nova Trento, acerca da análise do cumprimento dos limites na Educação e no FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e de Alimentação Escolar e do monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, conforme subitens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2 do citado Relatório Técnico.	Implementada	Encaminhare mos ao Conselho Municipal de Educação arquivos com o Parecer Prévio, Relatório e Voto do Relator, assim como do Relatório Técnico para conhecimento do seu conteúdo.
Decisão do TCE/SC #10 - DECISAO10					



## 9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (327)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(15829)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**9.1.1. Informe as decisões que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu**
**controle: (15846)**

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	Nº do Acórdão ou Título Executivo - SQ001	Data do Acórdão ou Título Executivo - SQ002	Nome do responsável - SQ003	Valor - SQ004	Data da inscrição em dívida ativa - SQ005	Situação do processo (incluindo ajuizamento e sua conclusão, se houver) - SQ006
Decisão #1 - DECISAO1	12/00489303	xx	Aداuton Raulino	R\$ 21.967,68	--	Instaurado Processo de Acompanhamento de Cobrança junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina sob o nº 23/00311296, de acordo com o Processo de cobrança relativa aos autos de nº 12/00489303, o responsável solicitou parcelamento do débito ainda no ano de 2017, o que lhe foi deferido e possibilitado efetuar o pagamento em 30 prestações sucessivas. Em 2021, ao averiguar se os débitos

havia sido quitados, constatou-se que restavam algumas parcelas em aberto, fora procedida a notificação do responsável pelo ente municipal e ante a falta de manifestação, ajuizamento de ação de execução fiscal (autos nº 5000529-30.2022.8.24.0062). Desta forma, em 23 de junho de 2023, o débito fora integralmente quitado, conforme informado, e atualmente aguarda a expedição de quitação de responsabilidade a ser expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Decisão #2 - DECISAO2	16/00545758	xx	Eluisio Antonio Voltolini	R\$ 1.149,29	--	Instaurado Processo de Acompanha mento de Cobrança junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina sob
--------------------------	-------------	----	---------------------------------	--------------	----	---

o n.º  
23/00201946  
, de acordo  
com o  
Processo de  
cobrança  
relativa aos  
autos de n.º  
16/00545758  
,  
encaminhado  
comprovante  
de quitação  
integral do  
débito nos  
autos do  
processo de  
acompanham  
ento, este foi  
baixado em  
16/08/2023  
pelo Tribunal  
de Contas de  
Santa  
Catarina.

Decisão #3  
- DECISAO3

Decisão #4  
- DECISAO4

Decisão #5  
- DECISAO5

Decisão #6  
- DECISAO6

Decisão #7  
- DECISAO7

Decisão #8  
- DECISAO8

Decisão #9  
- DECISAO9

Decisão  
#10 -  
DECISAO10

## **10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (328)**

### **10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (15830)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## 11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (329)

**11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?**

**(15831)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (15832)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

## 12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (330)

**Opcionalmente** , insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (15848)

Tipo: (T/text-long)

Estamos frequentemente enfrentando problemas com o envio do e-sfinge, devido à instabilidade do nosso sistema. Isso está impedindo o envio das informações para o TCE dos módulos de execução orçamentária e registros contábeis. Constantemente estamos em contato com a empresa de sistemas e também com o suporte da Associação dos Municípios, com o objetivo de regularizar os envios.

## Sugestões ao TCE/SC (331)

e-mail de contato: [controleinterno@novatrento.sc.gov.br](mailto:controleinterno@novatrento.sc.gov.br)

**I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)**

**No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:**

**A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:**

**O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:**

**A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.**

**No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .**

**Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:**

**Os seguintes sistemas são informatizados:**

- Sistema de controle patrimonial:
- Sistema de almoxarifado:



- Sistema informatizado de planejamento orçamentário:

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

## II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
--	---------	----------------	--	---

			situação?	

**Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?**

**Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .**

**Em relação à gestão de riscos:**

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

**Sobre a execução orçamentária e contábil:**

**na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do**

**município e Sistema e-Sfinge;**

**na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;**

**na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções,**

**auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;**

**na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;**

**na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas**

**(análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);**

**na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de**

**controle, localização física, etc);**

### **III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo**

**Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

**Avaliação conclusiva:** avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

## IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

**V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos**

**congêneres**

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

## VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

--	--	--	--	--	--

**Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:**

- **Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:**
- **Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:**
- **Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:**
- **Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:**
- **Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:**

## **VII - Avaliação da gestão de recursos humanos**

**Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .**

**Procedimentos realizados:**

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e

Assessoramento:

- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez

vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções

públicas:

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha

de pagamento:

## VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

## IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

## X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver :

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:



**XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge**

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? .

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? .

**XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015**

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

(15856)

Tipo: (/upload-files)

**Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (15857)**

Tipo: (T/text-long)